

(Em euros)

	2002	2003	2004	2005	2006
Reforços complementares de medidas gerais:					
Formação de jovens em TIC					
PEOE (medidas especiais)					
<i>Subtotal</i>	1 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000
Orçamento geral					
Medidas gerais:					
Estágios profissionais					
Formação					
Qualificação/reconversão					
Aprendizagem					
Cursos de educação-formação					
Programas ocupacionais					
Escolas-oficinas					
Programa de Estímulo à Oferta de Emprego					
PRODESCOOP					
Centros de apoio à criação de empresas					
Empresas de inserção					
Reabilitação profissional					
<i>Subtotal</i>	3 750 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000
<i>Total</i>	4 750 000	20 000 000	20 000 000	20 000 000	20 000 000

5 — Coordenação

A criação do Plano de Intervenção para a Beira Interior responde à intenção de desenhar soluções ajustadas a uma situação específica de crise económica e social, verificada num conjunto de concelhos da região interior centro. No entanto, a boa execução do Plano depende da motivação dos actores locais para se envolverem na sua implementação, em particular os empregadores e trabalhadores, principais destinatários das medidas disponibilizadas pelo IEFP, mas igualmente outros actores locais, nomeadamente autarquias, serviços desconcentrados, instituições particulares de solidariedade social e outros, cuja participação activa é determinante para a criação de projectos que permitam concretizar soluções ajustadas à realidade casuística.

A atribuição da responsabilidade pela execução do Plano de Intervenção da Beira Interior aos directores das unidades orgânicas do IEFP da região, os quais respondem directamente perante o delegado regional do IEFP da região Centro, ou quem por ele for designado, assenta justamente no pressuposto que estes se encontram em posição privilegiada no terreno para desenvolver as acções necessárias à efectiva implementação das medidas, nomeadamente junto de outros actores locais, cuja participação é indispensável à prossecução dos objectivos traçados.

A construção de projectos em concreto a desenvolver no âmbito do Plano de Intervenção da Beira Interior deverá considerar a possibilidade de articulação com sistemas de apoios e incentivos existentes no âmbito de outras políticas sectoriais, nomeadamente económica, agrícola, de desenvolvimento local ou regional e ainda os possíveis contributos de iniciativas comunitárias.

6 — Acompanhamento e avaliação

Semestralmente deverão ser elaborados, sob a responsabilidade do delegado regional da Delegação Centro ou de quem por si seja designado, relatórios de implementação do Plano, os quais devem ser submetidos às

redes regionais de emprego que abrangem os concelhos integrados no Plano, bem como aos serviços centrais do IEFP.

O Plano de Intervenção da Beira Interior será objecto de avaliação a realizar pelo IEFP ou por uma entidade externa de reconhecida competência.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Presidência do Governo

Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2002/M

Altera o Regulamento da Produção e Comércio do Vinho da Madeira, anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 20/85/M, de 21 de Outubro.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 20/85/M, de 21 de Outubro, que aprovou o Estatuto da Vinha e do Vinho da Região Autónoma da Madeira, estabeleceu, em anexo, o Regulamento da Produção e do Comércio do Vinho da Madeira.

A necessidade de a comercialização do Vinho da Madeira se adequar a novos segmentos de mercado, promovendo o aumento e a diversificação do seu consumo sem pôr em causa o prestígio e a qualidade deste produto, torna indispensável a revisão das normas que regulamentam actualmente o engarrafamento do vinho da Madeira.

Assume particular relevância neste contexto, pelo potencial nicho de mercado que representa, ainda não explorado pelo comércio do vinho da Madeira, a possibilidade de este vinho vir a ser engarrafado em frascos de bolso, roscados com cápsulas metálicas, de capacidade útil igual ou inferior a 0,2 l.

Nestes termos:

O Governo Regional da Madeira, ao abrigo do disposto na alínea *d)* do n.º 1 do artigo 227.º da Cons-

tituição e na alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, na redacção e na numeração introduzidas pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, e pela Lei n.º 12/2000, de 21 de Junho, decreta o seguinte:

Artigo 1.º

O artigo 20.º do anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 20/85/M, de 21 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 20.º

- 1 —
2 —
3 — É igualmente permitido o engarramento de miniaturas ou de frascos de bolso, com cápsulas metá-

licas roscadas ou com rolhas de cortiça, de capacidade útil igual ou inferior a 0,2 l.»

Artigo 2.º

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo Regional em 10 de Outubro de 2002.

O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Assinado em 21 de Outubro de 2002.

Publique-se.

O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.